

Abundância Comunicativa, Escassez da Política?

Desafios À Democracia na Era do Monitoramento¹

*Communicative Abundance, Political Scarcity?
Challenges To Democracy in The Monitoring Era*

Lucas Henrique Nigri Veloso

lucasnveloso@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

<https://orcid.org/0000-0002-9688-7819>

Ângela Cristina Salgueiro Marques

angelasalgueiro@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

<https://orcid.org/0000-0002-2253-0374>

Ricardo Fabrino Mendonça

ricardofabrino@hotmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

<https://orcid.org/0000-0002-7754-3359>

https://doi.org/10.14195/2183-6019_9_7

Resumo

O artigo apresenta uma reflexão teórico-analítica acerca de relações estabelecidas entre democracias ocidentais, era de abundância comunicativa e contemporâneos modos de sociabilidade política. Se por um lado processos globais de democratização da informação e proliferação de instituições e mecanismos de monitoramento político nos permitem afirmar sobre um “empoderamento” do *demos* e consequente vitalidade das democracias ocidentais, por outro atestamos que uma possível hipertrofia ou monopólio da prática política monitorial também pode produzir efeitos adversos às próprias democracias, como retorno de populismos totalitários. A partir do desenvolvimento de tal panorama, apresentamos por fim uma reflexão ética que, com especial ênfase aos campos da comunicação social e jornalismo, nos convoca ao cultivo de significantes, práticas e potências políticas outras para além do monitoramento; sobretudo aquelas que visam a produção de “comuns” outros mais igualitários, mais democráticos.

Palavras-chave: Crise da democracia; comunicação; populismo; John Keane; Pierre Rosanvallon.

Abstract

This article presents a theoretical-analytical reflection on the relationships between Western democracies, the era of communicative abundance, and contemporary modes of political sociability. While, on the one hand, the global processes of democratization of information and the proliferation of institutions and mechanisms of political monitoring allow us to assert an «empowerment» of the *demos* and the consequent vitality of Western democracies, on the other hand we attest that a possible hypertrophy or the monopoly of monitorial political practices can produce adverse effects on democracies, such as the return of totalitarian populism. In view of this scenario, we present an ethical reflection that, besides emphasizing the fields of social communication and journalism, calls attention to the cultivation of signifiers, practices, and political powers beyond monitoring, especially those aiming at the production of a «common» other, more egalitarian, more democratic.

Keywords: Crisis of democracy; communication; populism; John Keane; Pierre Rosanvallon.

¹ A realização da pesquisa da qual se origina este artigo recebeu apoio do CNPq e da FAPEMIG.

Introdução

De acordo com dados produzidos pela plataforma *Internet World Stats*, no ano de 2018 pelo menos 55,1% da população mundial possuiu algum tipo de acesso à rede mundial de computadores (Internet World Stats, 2019). Mesmo quando consideramos contextos marcados por múltiplas e intensas desigualdades, a supracitada pesquisa afirma que 67,2% e 36,1% das populações da América Latina e África possuíam algum tipo de conexão às mídias digitais e internet no ano de 2018; estatística que nos afirma sobre a existência de uma maior probabilidade de grande parte destas populações acessarem redes digitais do que água, esgoto e serviços de atenção médica básica (Kreutzer, 2009). Tendo em vista este breve panorama, não nos espantam pesquisas que atestam que a produção de dados via internet já alcança um volume de 2,5 quintilhões de bytes diários no mundo, sendo a tendência deste volume dobrar a cada dois anos (Cukier & Mayer-Schoenberger, 2013). Nesse sentido, é justificável que a inédita escala de acesso, uso e produção de artefatos, mídias e conteúdos de comunicação

digital nos despertem grande otimismo no que diz respeito suas contribuições para com os processos globais de democratização da informação e conhecimento. Mas seria seguro afirmar que tal abundância comunicativa também está promovendo democracias de maior qualidade e vitalidade política?

O exame das democracias ocidentais a partir de uma reflexão sobre a contemporânea era de abundância comunicativa, haja vista a abrangência e complexidade do tema, é uma tarefa que poderia se iniciar por várias vias de entrada. Por efeito, tais percursos de análise poderiam nos fornecer proposições e panoramas menos ou mais promissores acerca das qualidades das políticas produzidas tanto em territórios específicos como aqueles cuja escala atravessa nossa *cosmopolis* global. Talvez por esse motivo, a partir de revisão bibliográfica, identificamos um aparente dissenso entre pesquisadores dedicados à análise da questão supracitada que nos desperta a atenção e ímpeto reflexivo. Por um lado, parece irrefutável que a proliferação de usuários, mediadores e mediações articulados à sistemas digitais integrados via internet, tendo

em vista sua contribuição positiva para com processos globais de democratização da informação e conhecimento, deve ser qualificada como de suma importância ao enfrentamento de largo espectro de desigualdades econômicas e sociais (Delanty, 2001; Keane, 2013; Piketty, 2014). Por outro lado, as formas de sociabilidade contemporânea, alimentadas e alimentadoras desta era de abundância comunicativa, parecem também se relacionar, de forma perversa, para com dinâmicas de desencanto e desconfiança para com a política, políticos e as próprias democracias; muitas das vezes, também relacionadas para com a emergência de novos populismos de características totalitárias e/ou xenofóbicas (Dean, 2009; Rancière, 1995; Rosanvallon, 2008).

Tendo em vista a problemática construída e brevemente apresentada, o artigo analisa relações de aparente complementaridade e oposição que modos de sociabilidade política vigentes em democracias ocidentais têm estabelecido com a era de abundância comunicativa. A partir deste movimento almejamos, para além de mapear possíveis vetores de

contribuição e ameaça às democracias ocidentais, realizar uma reflexão ética de cunho propositivo que se reporta ao passo analítico anterior. Para atingir tal objetivo, nossa análise é operacionalizada a partir de um diálogo com dissidências entre dois pesquisadores que possuem expressiva pesquisa acerca do objeto de nossa investigação: o cientista político John Keane e o historiador da política Pierre Rosanvallon,

Primeiramente, ao mobilizar o pensamento do cientista político John Keane (2013), definimos o conceito de abundância comunicativa e o relacionamos para com o processo global, ainda que diferenciado, de democratização da informação. A partir de tal movimento, procuramos verificar como o autor sustenta a afirmativa de que a multiplicação e cristalização de atores, instituições e práticas sociais de monitoramento político via mídias digitais criou condições de possibilidade para que as democracias ocidentais sejam melhor qualificadas enquanto “democracias monitoradas”; qualificadas sobretudo pelo maior “empoderamento” de cidadãos e grupos minoritários haja vista sua

maior capacidade de vigiar, constranger e denunciar atores, instituições e representantes eleitos em ilegítimo exercício de poder. A análise destas e outras proposições, procurando garantir especial ênfase aos campos de atuação da comunicação social e jornalismo, nos fornecerá insumos tanto para compreender em que sentidos John Keane sustenta uma perspectiva otimista para com as relações que se estabelecem entre abundância comunicativa e “democracia monitorada” quanto para identificar e ponderar sobre ameaças e desafios que também são efeito desta relação.

Na segunda parte do artigo, convocamos o historiador da política Pierre Rosanvallon (2008) ao debate a fim de nos fornecer perspectivas outras sobre relações estabelecidas entre abundância comunicativa, democracias ocidentais e práticas políticas de monitoramento. Do ponto de vista de Rosanvallon, o cultivo intensivo ou mesmo monocultura de atores e práticas políticas de monitoramento nas democracias ocidentais pode produzir efeitos perversos e indesejados às próprias democracias ao limitar o espectro de significações e práticas da

política democrática que é exercida por seus cidadãos. Ao conjunto destas experiências e práticas de perpétuo criticismo, reatividade e baixo grau propositivo, o autor as agrega sob o conceito de “contra políticas”, sendo estas potencialmente instauradoras de fenômenos ou mesmo culturas de “contra democracias”. Ainda, a baixa responsividade dos governantes perante aos clamores dos “cidadãos monitores”, situação que é muitas das vezes efeito da própria abundância e improcessável volume de ações “contra políticas”, ao gerar maior frustração, desencanto e desconfiança para e entre os primeiros, não apenas acabaria por esgotar possibilidades e modos outros de se agir coletivamente com vistas a produção de “comuns” outros mais democráticos, mas também criaria condições de possibilidade para uma trágica (re)emergência de populismos totalitários e/ou xenofóbicos. Neste sentido, a abundância comunicativa e a “democracia monitorada”, do ponto de vista de Rosanvallon, também poderiam ser avaliados sobre o prisma das crises das democracias ocidentais que testemunhamos em nosso contemporâneo.

A construção do diálogo dissidente que acima introduzimos e que desenvolvemos ao longo deste artigo possui como custo a impossibilidade de se considerar de forma detida toda uma extensa e importante bibliografia que se dedica ao exame das crises contemporâneas das democracias ocidentais e suas interfaces para com atores, instituições e tecnologias da informação e comunicação (Brennan, 2016; Chadwick, 2013; Dahlgren, 2013; Dean, 2009; Dobson, 2014; Green, 2010; Runciman, 2018; Levitsky, s. & Ziblath, d., 2018); também aquelas que se dedicam especialmente à análises que relacionam a questão anterior com o campo e prática do jornalismo contemporâneo (Engesser et al., 2017; Ferreira, 2018; McDevitt & Ferrucci, 2018; Silverman, 2016; White, 2017). Sem embargo, acreditamos que o alcance, abrangência e urgência da discussão proposta, aliada a qualidade e heterogeneidade das pesquisas, dados, argumentos e proposições produzidos por Keane e Rosanvallon, garante potente rendimento da questão de trabalho proposta e possibilidade de construção de pontes para com outras pesquisas e pesquisadores. Nesse sentido, o artigo

também almeja inspirar futuros diálogos e/ou recortes e imersões empíricas acerca das questões abordadas.

Por fim, o artigo convida a refletir, seja enquanto cidadãos, seja enquanto atores dos campos acadêmicos e/ou jornalísticos, sobre a urgente necessidade de se resgatar e atualizar significantes outros da política democrática para além da legítima capacidade monitoria; estes que nos permitam propor e produzir éticas, mídias e “comuns” outros mais igualitários, mais democráticos.

Abundância comunicativa democratização da informação e democracia monitoria

A era de abundância comunicativa é definida pelo cientista político John Keane como um período revolucionário em que sistemas mundiais de *media devices* (computadores, *smartphones*, *tablets*) integrados via internet possibilitam que pessoas e populações distribuídas por todo planeta, ainda que atravessadas por assimétricas desigualdades sociais, acessem e armazenem, produzam e reproduzam um volume inédito e quase ilimitado de dados multissensoriais e

multiterativos com custos espaciais, temporais e econômicos progressivamente menores (Keane, 2013, p.18).

De acordo com o Keane, um dos efeitos mais expressivos da era de abundância comunicativa poderia ser verificado na flexibilização ou até mesmo inversão da estrutura comunicacional vigente na famigerada era dos “media de massa”. Se até pelo menos as últimas décadas do século XX o fluxo de informações instaurados pelos “medias de massa” necessariamente partiam de um ponto para que assim fossem distribuídos para milhões de outros, ou seja, de um ponto emissor para *n* receptores (*one-to-many*), vigora hoje a possibilidade de que quaisquer pontos outrora classificados como receptores tornem-se emissores de dados e informações para os demais (*many-to-many*). Por efeito, poderíamos afirmar que um dos traços definidos da era de abundância comunicativa é um exponencial aumento da capacidade de escolha individual sobre a forma (como, quando e onde), conteúdo (o quê) e sentido (de quem, para quem) do ato de se comunicar e informar. Mas que relações esta revolução informacional e comunicacional

tem estabelecido para com as democracias ocidentais e o que seus efeitos derivados nos revelam?

A era da abundância comunicativa, fomentada e fomentadora de múltiplos modos de sociabilidade entre indivíduos, grupos e instituições que derivam das relações que estes estabelecem a partir de seus *media devices*, têm criado condições de possibilidade para uma intensificação do processo histórico e globalmente diferenciado de democratização da informação. Essa proposição é defendida por Keane a partir da identificação de pelo menos três estruturas de privilégio ou “tirantias” comunicacionais que têm sido processualmente atenuadas ou desmanteladas em contextos ocidentais (Keane, 2013, p.25-26): a) “tirania” da distância, uma vez que bancos de dados e fluxos comunicacionais têm sido principalmente produzidos e reproduzidos, como no caso de acervos de museus, bibliotecas e universidades, em dimensões digitais; b) “tirania” do uso, tendo em vista a ampla redução dos custos para se acessar e/ou possuir um *media device* e assim se conectar a seus recursos e conteúdos, sobretudo via internet; c) “tirania” da

O monitoramento digital é também uma modalidade de poder

produção, por consequência da vigente e ampla possibilidade dos antigos consumidores “passivos” se tornarem “ativos” produtores de informações e, assim, retroalimentarem o fluxo comunicacional *many-to-many*.

O atestado de um processo global de proliferação de acesso, consumo e produção de dados e informações multissensoriais, temáticas e interativas via mediações digitais talvez nos permitiria afirmar que as sociedades abundantes em *media devices* nunca foram tão democráticas. Tal proposição poderia ser justificada pela inegável possibilidade de controle e contestação política que cidadãos hoje experimentam e/ou exercem perante à representantes eleitos, grandes corporações ou outros grupos da sociedade civil em posição assimétrica de poder a partir dos *media* de comunicação digital e suas potências de monitoramento, denúncia e luta política. Não seriam estas possibilidades de controle e contestação do poder princípios fundantes e compromissos da democracia representativa para com o povo ou *demos*? Por outro lado, se todos somos *demos* e temos a possibilidade de nos fazer lidos, vistos e/ou ouvidos

politicamente pelo Estado, justiça e/ou sociedade civil generalizada, ainda que por mediações digitais, o que justificaria hierarquias e assimetrias na capacidade de alguns cidadãos serem de fato reconhecidos ou negligenciados, protegidos ou deixados para morrer? Tentaremos abordar tal questão, ainda que de forma parcial e incompleta, nos delimitando aqui a análise de alguns dos ganhos, promessas e limitações que o processo de democratização da informação oferece às próprias democracias ocidentais.

A partir de interações mediadas digitalmente, indivíduos e grupos diversos, como por exemplo aqueles atuantes nas redes sociais, podem produzir narrativas de si mesmos para audiências potencialmente ilimitadas e transnacionais, expressando assim valores, identidades, interesses, expectativas, capacidades e/ou opressões experienciadas em seu cotidiano a partir das mais distintas modalidades e gêneros textuais, sonoros e imagéticos (Keane, 2013, p.34-35). Sob a ótica do psicólogo social George H. Mead (1972), por exemplo, tal exposição de si, inevitavelmente direcionada a alguém, busca, de forma

menos ou mais intencional, algum tipo de *feedback* para o *self*: visualização, leitura, resposta, identificação entre alguns e/ou demarcação de diferenças para com outros. Ainda, com o clique de uma câmera, aquilo que em outros períodos históricos fora considerado como impubescível ou restrito a esfera do privado pode vir instantaneamente a tornar-se público e, assim, disputar visualizações, comentários, *likes*, patrocínios, dentre outras modalidades de reconhecimento intersubjetivo. Ainda, da forma como a arquitetura de grande parte dos *sites*, aplicativos e redes sociais encontra-se estruturada, tal *feedback* interacional possui amplo potencial de ganhos de capital social, simbólico, afetivo, econômico e político de forma quase instantânea.

As promessas e potências do circuito de reconhecimento intersubjetivo brevemente exposto acima é motivo para que racionalidades, corpos e modos de existência marginais e marginalizados também disputem, ainda que assimetricamente, a oportunidade de tornarem-se reconhecidos pelo ecossistema digital; quem sabe até escapar e até mesmo transformar uma desigual e muitas das vezes violenta partilha de

regimes de percepção e valoração que é vigente num dado território. Acreditamos não ser necessário recorrer a literatura específica que associa processos de reconhecimento intersubjetivo tanto como pilares materiais, afetivos e simbólicos necessários a auto-realização e auto-determinação cidadã de um dado *self*, como também às lutas coletivas e movimentos sociais que almejam justiça social (Honneth, 2013; Honneth & Anderson, 2011). Assim sendo, nos parece seguro afirmar que a era de abundância comunicativa possui potência política preciosa no que tange a busca pela plena realização das democracias ocidentais e da condição cidadã de suas populações. Entretanto, também é certo que processos, lutas ou mesmo gestos que almejam reconhecimento intersubjetivo também são atravessadas por certos paradoxos e efeitos adversos que podem aprofundar às próprias vulnerabilidades simbólicas, corpóreas e existenciais que justamente motivam tais ações (Butler, 2004, 2009; Cole, 2016; Mackenzie, 2014). Por estes e outros motivos, há de se considerar importantes riscos que esta ampla potência de reconhecibilidade oferece

aos próprios cidadãos de democracias ocidentais.

Toda a estrutura ou circuito interativo-comunicacional de reconhecimento intersubjetivo que acima apresentamos como vigente na era de abundância comunicativa depende, dentre outras coisas, que indivíduos e/ou instituições conectados via *media devices* monitorem uns aos outros de forma instantânea, extensiva e praticamente ininterrupta. Por efeito, em alguma medida, todos temos nos tornado cidadãos monitores e monitorados; ainda que com capacidades de monitoramento cada vez mais assimetricamente distribuídas e exercidas. De acordo com Keane (2013, p.38), grupos e até mesmo instituições qualificadas como “arautos da privacidade” têm adotado uma postura bastante crítica com relação a estas assimétricas capacidades de monitoramento. Para estes críticos, as tecnologias de comunicação digital integradas via internet devem ser consideradas como “espadas de dupla lâmina”: se podemos atestar grandes potências e ganhos no combate de desigualdades sociais e políticas graças a abundância de acesso e uso de *media devices* integrados, também devemos estar alertas para as diversas

privacidades que se encontram atualmente ameaçadas por poderosos atores, instituições, dispositivos, *softwares* e algoritmos digitais que se aproveitam de vulnerabilidades alheias.

Nos termos da era do “Big Data”, é explícita a assimetria de capacidades que se manifesta entre indivíduos e instituições no que tange a “mineração” e/ou coleta, armazenamento e processamento de notícias, denúncias, relatórios, pesquisas, indicadores, mensagens ou mesmo *cookies*, menos ou mais explícitos, dispersos e/ou ocultados no complexo, híbrido e abundante banco de dados digital que forma a internet (Cukier & Mayer-Schoenberger, 2013). Foi-se o tempo em que somente os famigerados *hackers* eram enquadrados enquanto aproveitadores de vulnerabilidades dos usuários das redes digitais. Cada vez mais corporações e Estados encontram-se envolvidos em controvérsias e escândalos sobre usos indevidos ou mesmo ilegais de dados que os próprios usuários das redes digitais produzem sobre si mesmos a partir de suas interações via *media devices*, seja de forma mais explícita e/ou deliberada (redes sociais, comentários em páginas de notícias, formulários digitais) ou não

(registros de navegação, *cookies* ocultos, *backdoors* e *blackboxes*). O monitoramento digital, portanto, não pode ser entendido em certos contextos ou situações simplesmente como uma capacidade tecnológica, mas como uma modalidade de poder que é assimetricamente colocada em prática.

Muitos dos dispositivos tecnológicos e dinâmicas de sociabilidade que operam na era de abundância comunicativa têm criado urgências e condições de possibilidade para a emergência de complexas disputas pelo limitar e exercer de poder monitor entre cidadãos, grupos e/ou instituições. Tais processos políticos têm produzido grandes impactos e alterações nos campos de força que atravessam e compõem as democracias representativas, haja vista que a produção de fatos, narrativas e enquadramentos de acontecimentos cotidianos como politizáveis ou de relevância política possuem, ainda que reativamente, a potência de influenciar à conduta e tomada de decisões não apenas de representantes eleitos, mas também de instituições e/ou atores que compõem a própria sociedade civil (Keane, 2013, p.46). Assim, compreender

as dinâmicas e traçar os diagramas dos vetores de poder monitorio nos exige um complexo mapeamento de de atores e instituições que também competem entre si enquanto legítimos monitores do Estado e sociedade civil; situação esta que, cabe ressaltar, tem produzido intensas transformações nas estruturas normativas e práticas do fazer jornalístico.

No que tange o campo de produção jornalística, Keane nos indica metamorfoses ou mesmo cristalizações de progressivas transformações que são efeito da adequação institucional e produtiva aos arranjos sócio-políticos que se apresentam nesta era de abundância comunicativa. A partir das relações estabelecidas entre jornalismo e os *global media conglomerates*, por exemplo, é identificado pelo autor como tendência generalizada a priorização da produção e reprodução de notícias e publicações em meio de circulação digital que almejam a maximização de rentabilidade com publicidade. Por consequência, quedas na diversidade, qualidade e mesmo confiança dos produtos jornalísticos são justificados como em favor de mais cliques, visualizações

*Para se pensar
outras possíveis
democracias
é necessário
abundância de
racionalidades,
signos e
materialidades*

e compartilhamentos e outras métricas de aferir valor de publicidade digital. Esta situação pode ser verificada, por exemplo, nas coberturas jornalísticas do cotidiano, espaço público e/ou política: ao almejarem a produção ininterrupta de histórias *news-breaking* ou do gênero “flagrante”, como no caso de acidentes, crimes, escândalos de corrupção e crise política, o trabalho e investimento de recursos necessários para garantir um mínimo de atendimento aos compromissos de apuração de fatos e objetividade jornalística não são, muitas das vezes, sequer considerados por ser entendidos apenas como custos, não compromissos ou investimentos (Keane, 2013, p.48;66).

De outro modo, os modelos de jornalismo que têm se cristalizado na era de abundância comunicativa também possuem importantes potências de contribuição positiva às democracias ocidentais no que diz respeito às suas amplas capacidades de disseminar e fazer reverberar globalmente denúncias de desigualdades, opressões e violências sociais localizadas. Investigações e matérias acerca de práticas de injustiça para com minorias oprimidas por relações de poder num

dado contexto ou território, quando realizadas por grandes conglomerados jornalísticos, por exemplo, possuem grande possibilidade de reverberação global e, assim, produzir movimentos de comoção e contestação política transnacional. Por efeito, tal potência política do jornalismo contemporâneo, que é efeito de sua articulação para com as redes globais de comunicação digital, se relacionam para com a emergência dos importantes “públicos transnacionais”¹: agregados políticos que, empáticos à causas para além de seus territórios, podem vir a ser formados e/ou acionados a fim de contribuir para com uma dada situação social de injustiça a partir do fornecimento de recursos, circulação e compartilhamento de notícias ou até mesmo inspirando estratégias de resistência

e contestação de poder ilegítimo ou injusto (Keane, 2013, p.71-75).

Os recursos, conexões e até mesmo a *expertise* de monitoramento que caracteriza instituições como a de produção jornalística tendem a contribuir para que seus atores ocupem importantes posições de poder nas dinâmicas políticas das democracias ocidentais. Por exemplo, estratégias de captura e posterior vazamento de dados e informações preciosas de indivíduos e instituições em posição assimétrica de poder - prática conhecida no jornalismo como *muckraking* - cria condições de possibilidade para que atores do campo do jornalismo, em graus variados, se tornem temidos vetores políticos. Seja por parte de governantes eleitos, seja por parte de grandes CEOs empresariais, a atividade contemporânea de *muckraking* é composta tanto por práticas que visam o controle democrático dos poderosos como de outras que visam ganhos de capital (econômico, político, simbólico) oriundo daqueles que se encontram ameaçados de indesejada exposição pública. Por este motivo, Keane afirma que agentes e mecanismos de monitoramento, com especial destaque aos

grandes conglomerados midiáticos e jornalísticos, devem ser considerados como cada vez mais importantes atores políticos nas redes, configurações, jogos de poder e influência que formam o complexo rizoma político do contemporâneo.

A era de abundância comunicativa e sua vinculação para com os processos globais de democratização da informação, ainda que o mapeamento e análise dos efeitos derivados desta relação não tenham sido esgotados tanto por nós como por Keane, garantem insumos para que o autor nos afirme que testemunhamos uma importante metamorfose ou transição de fases nas democracias ocidentais (Keane, 2013, p.75-86). A tese de que nos encontramos em “democracias monitorias” nos exige alargar conceituações que insistem em reiterar que democracias são sistemas políticos cuja distribuição de poder político se dá sobretudo a partir de eleições livres e justas de representantes pelo voto popular; ainda que não sejam ou devam ser entendidas como menos que isso. Em escala global, agentes e instituições “monitores do poder”, tal como abordamos brevemente neste artigo, têm

1 Ao verificarmos outros exemplos de “públicos transnacionais”, como as instituições *BirdLife International* and the *World Glacier Monitoring Service* que se dedicam ao escrutínio da ação humana sobre à biosfera terrestre, é de se destacar sua grande heterogeneidade no que tange a seus modos de estruturação, causas e escalas de atuação; situação que nos impede de aprofundar sobre estes importantes agentes políticos do contemporâneo neste ocasião. (KEANE, 2013, p.82)

se tornado cada vez mais poderosos atores políticos graças às suas capacidades de influenciar eleições, agendas e/ou tomadas de decisões de partidos e representantes eleitos. Não que tais dinâmicas sejam inéditas nos regimes políticos ocidentais; inéditas são a escala, volume e complexidade de agenciamentos e atuações de agentes interessados no exercício contemporâneo do poder monitor. Ainda, a proliferação de monitores e mecanismos de monitoramento também introduz considerável diferença nos arranjos e jogos políticos de uma democracia graças a capacidade de exposição pública de relações institucionais e/ou corporativas injustas, ilícitas e/ou cuja publicidade era indesejada e que, muitas das vezes, operam por baixo, entre e para além de territórios e Estados nacionais. Com a multiplicação de pesos e contrapesos informacionais, Keane espera que se promova democracias de maior qualidade no que tange ao “empoderamento” do grande monitor: o *demos*. Fomentando tais esperanças, o autor conclui que a era de abundância comunicativa,

(...) na verdade, produz muitas contradições e desapontamentos,

por exemplo (como vimos), na ampliação das distâncias de poder entre os ricos e os pobres em termos de *media*, estes vistos como quase desnecessários comunicadores ou consumidores de produtos de midiáticos, simplesmente porque não têm poder de compra de mercado. (...) No entanto, o ponto fundamental permanece: quando visto do ponto de vista da democracia monitora e seu futuro, o advento da abundância comunicativa deve ser considerado como um desenvolvimento muito bem-vindo (KEANE, 2013, p.102, nossa tradução).

Entre ganhos e esperanças, contradições e desapontamentos que atravessam a expectativa de futuro para as “democracias monitorias”, Keane (2013, p.106-107) aposta que, no longo prazo, a grande diversidade de produtores, produções e produtos midiáticos que caracteriza a era de abundância comunicativa contribuirá positivamente para com as democracias ocidentais tanto por fomentar culturas cívicas pluralistas quanto por alimentar o senso de suspeita cidadão perante “verdades”

naturalizadas que ocultam intenções e fins políticos opostos a ideais e códigos democráticos. Não obstante, este mesmo processo de intensificação de suspeita que hoje vigora em “democracias monitorias” também não produziria, como duplo efeito, uma generalizada instituição de desconfiança e desencanto por parte dos cidadãos perante a própria política democrática? Uma possível hipertrofia e/ou monocultura de práticas políticas de monitoramento poderiam representar algum tipo de ameaça as próprias democracias?

Institucionalização da desconfiança, contra-democracia e escassez da política

Quando verificamos resultados de pesquisas como a *Digital News Report* 2017, promovida pelo *Reuters Institute*, atestamos que nos EUA e no Brasil respectivamente 51% e 66% dos entrevistados utilizam redes sociais e/ou aplicativos relacionados para o consumo de notícias; situação que aponta para um deslocamento da posição dos “medias tradicionais” enquanto principais “caixas de ressonância” de temas políticos perante a

sociedade civil (Newman et al., 2017, pp. 10-11). A ampliação da produção, disponibilidade e meios de acesso de informações políticas por parte dos cidadãos nos indicam uma certa “saúde” da democracia, principalmente no que se refere aos processos de democratização de informação. Entretanto, a multiplicação de atores e instituições midiáticas das mais diversas, principalmente movidas pela tendência de maximização de rentabilidade publicitária e minimização de investimentos relacionados ao atendimento de princípios normativos do jornalismo, como a apuração de notícias, cria condições para uma grave onda global de produção e consumo das famigeradas *fake news*: notícias que têm como objetivo deliberado falsear uma realidade. Tal situação é especialmente preocupante para a democracia pois a

(...) livre circulação de mentiras maliciosas, a ineficácia da verificação de factos, a resiliência da propaganda populista, o racismo, o sexismo e o surgimento da chamada era da ‘pós-verdade’ parecem desafiar um pilar fundamental do jornalismo ético — que

os fatos são importantes para a democracia e que as pessoas querem estar bem informadas quando convocadas para tomar decisões com potencial de mudar suas vidas (White, 2017, p. 14)

Como nos coloca Ferreira (2018), é certo que mesmo os “media tradicionais” nunca foram plenamente considerados como “fiéis arautos” da “verdade”, haja vista a difícil ou improvável separabilidade de interesses políticos e econômicos da prática jornalística. Todavia, para além de uma possível culpabilização do jornalismo e outras instituições midiáticas pelo fenômeno das *fake news*, a novidade que o contexto contemporâneo nos apresenta é a de que cada vez mais audiências se importam menos com o grau de veracidade e objetividade das informações consumidas. Tal situação lamentável ainda se intensifica, como nos indica Ferreira, quando verificamos resultados de pesquisa que atestam sobre expressiva segregação ideológica ou formação de “bolhas” informacionais entre usuários de redes sociais. Seja por motivos de intenção deliberada ou por efeito das

arquiteturas e/ou algoritmos de uma página ou rede social em questão, a cultura política que vêm se cristalizando nas democracias ocidentais é o de exclusivo consumo e compartilhamento de notícias que já sustentam posições políticas prévias dos cidadãos. Para Ferreira, a relação entre o crescimento das *fake news* e a formação de “bolhas” ideológicas nas redes sociais “sugere que os usuários estariam menos propensos a receber informações verdadeiras que possam condenar um artigo ideologicamente alinhado (...)” (Ferreira, 2018, , p.140;145).

Ainda que não seja o escopo deste artigo discorrer sobre a complexa questão das *fake news* e suas relações para com a formação de “bolhas” político-ideológicas entre usuários das redes digitais, o que temos verificado em diferentes pesquisas e publicações é o atestado de uma infeliz confluência: a era de abundância comunicativa, atravessada por uma generalizada indiferença e/ou negligência e/ou incapacidade cidadã de diferenciar opiniões de fatos, liberdade de expressão de discurso de ódio, não apenas têm criado condições de possibilidade para radicalização de ideologias

políticas mas intensificação de polarizações aparentemente irreconciliáveis entre cidadãos (Engesser et al., 2017; Ferreira, 2018; McDevitt & Ferrucci, 2018; Silverman, 2016; White, 2017). Por efeito, em um cenário onde a desconfiança, oposição irrefletida ou simplesmente indiferença perante o outro torna-se a norma, situação que também retroalimenta desejos e clamores por mais políticas de monitoramento civil e estatal, signos políticos outros, que apostam em ações coletivas de ampla escala voltadas de forma propositiva a produzir “comuns”, possivelmente mais justos e igualitários, parecem se esvaziar das democracias. Nesse sentido, seria possível afirmar que a abundância comunicativa e a democratização da informação, ainda que tenham contribuído inegavelmente para o “empoderamento” da população, sobretudo com relação às suas capacidades de monitoramento de atores em situação assimétrica de poder, tenha, como duplo efeito, produzido vetores de oposição ou de ameaça à própria democracia?

Pesquisadores como o historiador da política Pierre Rosanvallon (2008), ainda na década passada,

haviam investido seu pensamento no exame de relações e efeitos problemáticos às democracias que derivam de uma certa hipertrofia da cultura e prática política de monitoramento; práticas essas que, em muitos dos casos, tornaram-se exclusivos signos de participação política cidadã. Para o pensador francês, em primeiro momento de acordo com o ponto de vista de John Keane, os modos de exercício de soberania política do *demos* ou povo perante o Estado têm cada vez mais extrapolado a distribuição de papéis e funções que alocaria cidadãos no exclusivo papel de eleitores em contextos de democracias representativas. Como argumenta Rosanvallon, a predicação do povo como eleitorado foi progressivamente sendo suplementada no ocidente por outras figuras metafóricas: povo como *watchdogs*, “portadores de veto” e/ou “juízes”. Não obstante, Rosanvallon afirma que estas predicações suplementares da soberania popular podem ser qualificadas como predominantemente indiretas (monitoramento), reativas (veto) e pouco propositivas (acusação), sendo por isso englobadas pelo francês sob uma única categoria: “contra poderes”.

A proliferação de práticas monitoras ou de “contra poder”, repertório de ação política cada vez mais cristalizado em contextos de abundância comunicativa e “democracia monitoria”, poderia nos dizer de uma certa vitalidade das democracias pelo menos no que se refere ao direito e a necessidade de que a mesma opere sob escrutínio popular. Entrementes, Rosavallon nos afirma que se por um lado atividades políticas de “contra poder” se multiplicam com a desconfiança e desencanto civil para com a política e políticos, por outro lado o Estado e outras instituições interpeladas por tais demandas e clamores tendem a não alcançar os níveis de responsividade almejados pelos cidadãos e grupos monitores. Por efeito, tal negativa de reconhecimento político retroalimenta sensações, experiências e discursos de desconfiança e desencanto dos cidadãos monitores para com políticas, políticos e as próprias democracias, de forma que estes venham a se tornar sujeitos “contra políticos” (Rosanvallon, 2008, p.16-17).

Para Rosanvallon, podem ser elencados pelo menos os seguintes efeitos sócio-políticos de larga

escala, derivados e retroalimentadores de um aparente monopólio da “contra política” em democracias ocidentais e que, do nosso ponto de vista, se relacionam diretamente para com a era de abundância comunicativa: a) maior fragmentação, insulamento e confronto tanto de cidadãos perante à atores do Estado, como de grupos de cidadãos ideologicamente polarizados entre si; b) aumento da incerteza e desencanto generalizado para com a política e os políticos e, assim, intensificação do já abundante desejo por mais transparência, monitoramento e *accountability*; c) resistência, dificuldade e/ou impossibilidade para grande parcela dos cidadãos de desenvolver uma compreensão abrangente sobre problemas complexos que atravessam suas vidas societária tendo em vista a quase improcessável disputa política por informações, fatos e enquadramentos que, na maioria dos casos, são divergentes, contraditórias ou mesmo deliberadamente falseados²; d)

resistência, dificuldade e/ou impossibilidade para grande parcela dos cidadãos de narrar e representar problemas sociais heterogêneos sob signos comuns e, assim, articular e projetar ações coletivas propositivas além monitoramento (Rosanvallon, 2008, p.22-23).

Diante do cenário acima exposto, que certamente também é intensificado pela abundância contemporânea de desinformação e *fake news* nas redes digitais, Rosanvallon vai além, entendendo que a institucionalização do desencanto, desconfiança e “contra-política” têm criado condições não apenas para a emergência de uma “democracia monitória”, como posteriormente propôs Keane, mas uma “contra democracia” que:

(...) reforça a democracia eleitoral usual como uma espécie de suporte, uma democracia de poderes indiretos disseminados por toda a sociedade, em outras palavras,

econômicas, fiscais e tributárias que atravessam a maior parte dos Estados nacionais ocidentais e que fundamentam os discursos por austeridade e enxugamento dos mesmos, assim como analisado por Schäfer e Streeck (2013), por exemplo.

uma democracia de desconfiança duradoura, que complementa a episódica democracia do usual sistema eleitoral-representativo. Assim, a contra-democracia é parte de um sistema maior que também inclui instituições democráticas legais. Ela procura complementar essas instituições e ampliar sua influência, para apoiá-las (Rosanvallon, 2018, p.8, nossa tradução e grifo).

O conceito de “contra democracia” nos convoca a refletir em que sentidos a proliferação, pulverização e monocultura de instituições e formas de ativismo “contra político” têm criado condições para que nos tornemos cada vez mais “apolíticos” ou “não-políticos” com relação a outros possibilidades signícas e práticas que o conceito de política poderia assumir para além da desconfiança, desencanto e monitoramento. Ciente dos perigos que as democracias ocidentais enfrentam em cenários como o supracitado, Rosavallon novamente nos ajuda a elencar uma série de efeitos perversos ou índices de “patologias” que são decorrentes do processo de

² Ainda que não seja possível explorar a problemática com o devido compromisso analítico que o assunto exige, as crises

“desintegração democrática” que é promovido por “contra democracias” (2008, p.254-259):

- a) desconfiança generalizada destinada à processos eleitorais, assim deslegitimando ou enfraquecendo os próprios poderes e instituições as quais são endereçadas as demandas por maior transparência e *accountability*;
- b) isenção de responsabilidade política e social por parte dos cidadãos a partir de um tácito encastelamento destes sobre a identidade ou rótulo de passivos “consumidores políticos”;
- c) ações políticas “radicais” tornam-se englobadas pelos signos de perpétuo criticismo ou ativismo moral não propositivo, principalmente eclipsando projetos de concreta transformação de estruturas de opressão e desigualdade social violentas, opressoras ou mesmo injustificáveis ;
- d) representantes e, por consequência, governos mais relutantes para apresentar projetos e ações que implicam em mudanças estruturais de larga escala e impacto social ou mesmo reformas,

predominando assim políticas públicas e estratégias de “evasão, evitação e diluição”; situação esta que retroalimentaria o desencanto dos cidadãos;

- e) judicialização da política e ideologia da “transparência” substituindo os exercícios de responsabilidade, interesse e “bem comum” no que tange a definição do fim da política. Tudo se passa como se a qualidade ou prática de “transparência”, entendida como a potência capaz de eliminar todo tipo de tensão e dificuldade da cada vez mais incerta e controversa vida social ocidental, estivesse legitimada aprioristicamente a eliminar tudo que se encontre em seu caminho – quem sabe até mesmo o próprio Estado e democracia.

A reflexão crítica de Rosanvallon (2008, p.259-266) sobre a “desintegração da política” e o desenvolvimento do “apolítico” ou “não político” nos alerta sobre a possibilidade de enfrentarmos, num futuro que parece se atualizar com maior intensidade em nosso presente, a substituição dos vigente processos e mecanismos

descentralizados de monitoramento e “governança” por formas outras de governo que não a democracia. Um exemplo elencado por Rosanvallon para a proposição anterior seria a possibilidade de um retorno, ainda que com diferenças, às formas de governo que derivaram da emergência de populismos nacionalistas e totalitários que marcaram a virada do século XX. Diante de uma proposição tão alarmante, cabe analisarmos com maior atenção de que maneira Rosanvallon sustenta tal argumentação para que assim tenhamos maior capacidade de compreender os desafios políticos que se apresentam em nosso horizonte .

A institucionalização processual da “contra democracia”, que varia sua relação em graus de intensidade para com a abundância de atores e mecanismos de monitoramento desconfiados e desencantados promove, para Rosanvallon (2008, p.266), uma espécie de “legitimação destrutiva” dos próprios atores e organismos representantes de um Estado. Tal atestado é justificado pelo autor tendo em vista que atores e instituições monitoras não procuram substituir ou apresentar projetos de coletivos ou mesmo sociedades outras,

mas limitar e até mesmo drenar os poderes e capacidades do Estado de forma com que este seja incapaz de instituir o coletivo, o social. Entretanto, neste processo de drenagem, o que teria se tornado escasso? Quem, de que forma e com o que será preenchido o signo que nos agrega enquanto membros de uma sociedade, a saber, o povo ou *demos*?

Como nos coloca o filósofo Jacques Rancière (1995), a quem Rosanvallon mobiliza explicitamente em seu debate, parece que a paixão por formas transparentes e puras da democracia teria nos feito esquecer ou até mesmo odiar aqueles que tentam disputar seu conteúdo a fim de promover projetos de sociedade outros que não a manutenção e limpeza dos modelos e estruturas vigentes. Desencantados sobre um futuro além “democracia monitoria”, nos encontramos sem consenso sobre a própria existência do *demos* que deveria ser princípio e fim da política democrática. Para Rosanvallon (2008, p.266-267) tal cenário cria condições para que “políticos profissionais” proponham, em nome do escasso ou inexistente *demos*, versões essencialistas e unitárias de “povo” que são ancoradas

em narrativas ou mitos de uma pureza que se perdeu no passado e que, caso recuperada, produziria a almejada “utopia da transparência”. Eis porque (re)emergências de populismos essencialistas em pleno século XXI poderiam ser entendidas, do ponto de vista de Rosanvallon, como possíveis efeitos de uma hipertrofia e monocultura de “contra poderes”, “contra políticas” e “contra democracias”.

Se a preocupação de John Keane para com a “democracia monitoria” seria resolvida a partir de maior distribuição de recursos comunicativos para que assim mais monitores emergjam à cena pública digital e possam – quem sabe – ser ouvidos e considerados como relevantes nos processos de tomada de decisão de representantes eleitos, o preocupante, para Rosanvallon, é que a abundância de instituições monitoras ou “contra políticas” capturem e/ou desintegrem significantes e práticas cidadãos outras da democracia, fomentando assim escassez de política em favor de “contra política”; escassez de *demos* em favor de pureza e transparência; escassez de democracia em favor de, quem sabe, populismos totalitários e xenofóbicos.

Reflexões finais

A construção argumentativa realizada neste artigo procurou mapear e analisar relações de complementaridade e oposição entre as eras de abundância comunicativa, modos de sociabilidade política contemporânea e democracias ocidentais. A operacionalização de nossa investigação se deu principalmente a partir da produção de um diálogo dissidente entre dois pesquisadores que, por possuírem expressiva trajetória no que tange o exame de nosso objeto de reflexão, nos auxiliaram na complexificação e multiplicação de perspectivas da análise por nós realizada. Movidos por este debate, que também contou com a aliança de outros teóricos e pesquisadores da ciência política e comunicação social, caminhamos agora para uma reflexão final que também almeja ser considerada como possível proposição ética.

Nos parece ponto pacífico que a era de abundância comunicativa, fomentada e fomentadora de uma exponencial expansão dos processos globalmente diferenciados de democratização da informação, criou condições de possibilidade para que cada vez mais cidadãos experimentem e exerçam

importantes direitos e capacidades da política democrática em seus cotidianos com potencial de reverberação transnacional. Tal atestado nos diz de um “empoderamento” do *demos* no que tange uma ampliação de sua potência de influência e/ou poder monitorio perante representantes eleitos ou mesmo grupos poderosos da sociedade civil que, ameaçados por denúncias, escândalos ou mesmo erosão de suas imagens por efeito da ação de atores e instituições monitoras, devem ponderar com maior cautela sobre custos, pesos e contrapesos de tomadas de decisão política. Por outro lado, ainda que possamos afirmar sobre uma singular vitalidade das “democracias monitorias” no que tange as características supracitadas, também podemos ponderar que, em certa medida, o aprofundamento de vulnerabilidades cidadãs perante a agentes e instituições monitoras de grande poder, como aquelas que deliberadamente capturam, processam e mobilizam dados digitais supostamente privados para fins corporativos e/ou políticos, nos dizem ainda de importantes desafios tecno-políticos em nossos horizontes democráticos.

No que tange os campos e práticas do jornalismo e comunicação social no cenário supracitado, refletimos sobre a tendência de que estes estruturam seus esforços produtivos no sentido de retroalimentar o desejo cidadão por monitoramento, transparência e *accountability*. Tal situação parece, por um lado, contribuir para com a “democracia monitoria” no sentido da produção de abundante volume de notícias de cunho “flagrante” e, assim, de certa maneira, introduzir temores e custos nos processos de tomada de decisão política de atores e grupos poderosos. Ao mesmo tempo, a disputa pela produção ininterrupta de fatos, acontecimentos, enquadramentos ou mesmo postagens sobre complexas e urgentes temáticas de interesse coletivo podem acabar por criar impecilhos e dificuldades para os próprios cidadãos, haja vista que produções que visam apenas ganhos com visualizações, publicidades e patrocínios tendem, muitas das vezes, a desconsiderar a complexidade dos problemas sociais que se propõem a denunciar ou abordar.

Para além dos riscos ou perigos que brevemente abordamos nestas reflexões

finais, destacamos que a hipertrofia ou mesmo monocultura de práticas de monitoramento, sobretudo quando estas são relacionadas pelos cidadãos como únicos sinônimos de participação política democrática, podem produzir como efeito uma proliferação generalizada de culturas cívicas “contra políticas” ou mesmo “contra democráticas”. Tal situação, fomentada e fomentadora de fragmentação, desconfiança e desencanto do próprio *demos* para consigo e para com a própria democracia, é um possível indicador da escassez de significações e práticas políticas outras que não aquelas indiretas, reativas e de baixo grau propositivo. Entrementes, tal alerta, que também nos interpela sobre a probabilidade de (re)emergência de regimes políticos totalitários e de características xenofóbicas em contextos de escassez de significantes e práticas democráticas de instituição de “comuns”, tal como argumentamos na segunda parte do artigo, não implica que devemos abrir mão dos ganhos sócio-políticos que a era de abundância comunicativa e mesmo a “democracia monitoria” nos têm garantido.

Almejar que haja cada vez mais abundância comunicativa,

monitoramento e mecanismos de verificação do princípio de igualdade que é *a priori* metodológico da democracia, como nos sugere Rancière, é certamente algo que devemos defender enquanto cientistas sociais, comunicólogos, jornalistas e cidadãos. Porém, não podemos abrir mão da possibilidade de significar política e democracia como uma experiência ativa, propositiva, criativa e com vistas a produção de “comuns” outros mais igualitários, mais democráticos.

A produção de “comuns” outros, estes que poderiam evitar a emergência de novos populismos e totalitarismos ao balancear a fragmentação e dispersão do *demos* em contextos de “democracias monitorias” exige, do nosso ponto de vista, um deslocamento de identidades ou mesmo de encasteladas e seguras posições políticas monitoras. Para se pensar e projetar outras possíveis democracias, e porque não mídias e jornalismo, parece ser necessária abundância de racionalidades, signos e materialidades que tenham a capacidade de hospedar heterogêneos sem que, com tal movimento, se produza a temida

síntese dialética: esta que encapsula e oblitera diferença(s) e que pode produzir, por exemplo, modelos de *demos* purificados, homogêneos e em oposição a todos aqueles que não são espelhos de si mesmos. Em contextos de escassez de finalidades da política democrática, seria mais “realista” investirmos ainda mais capacidades e potências no monitoramento das democracias ocidentais até que possamos prever seus fins?

Referências bibliográficas

- Butler, J. (2004). *Precarious Life: The powers of mourning and violence*. London: Verso.
- Butler, J. (2009). *Frames of War: When is life grievable?* London: Verso.
- Brennan, J. (2016). *Against Democracy: New Preface*. Princeton University Press.
- Chadwick, A. (2013). *The Hybrid Media System: Politics and power*. Oxford University Press.
- Cole, A. (2016). All of us are vulnerable, but some are more vulnerable than others: the political ambiguity of vulnerability studies, an ambivalent critique. *Critical Horizons*, 17(2), 260–277.
- Cukier, K., & Mayer-Schoenberger, V. (2013). The rise of big data: How it's changing the way we think about the world. *Foreign Aff.*, 92(3).
- Dahlgren, P. (2013). *The Political Web: Media, participation and alternative democracy*. Basingstoke, England: Palgrave Macmillan.
- Dean, J. (2009). *Democracy and other neoliberal fantasies: Communicative capitalism and left politics*. Durham: Duke University Press.
- Delanty, G. (2001). Challenging knowledge. In *The University in the Knowledge Society* (pp. 149–153). London, Thousands Oaks, CA and New Delhi: Sage.
- Dobson, A. (2014). *Listening for Democracy: Recognition, representation, reconciliation*. Oxford University Press.
- Engesser, S., Ernst, N., Esser, F., & Büchel, F. (2017). Populism and social media: How politicians spread a fragmented ideology. *Information, Communication & Society*, 20(8), 1109–1126.
- Ferreira, R. R. (2018). Rede de mentiras: a propagação de fake news na pré-campanha presidencial brasileira. *Observatorio (OBS*)*, 12(5).

- Green, J. E. (2010). *The Eyes of the People: Democracy in an age of spectatorship*. Oxford University Press on Demand.
- Honneth, A. (2013). *Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- Honneth, A., & Anderson, J. (2011). Vulnerabilidade, Reconhecimento e Justiça. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, (17), 81–112.
- Internet World Stats. (2019). Internet usage and world population statistics. Retirado em 20 de junho de 2019 de <https://www.internetworldstats.com/>
- Keane, J. (2013). *Democracy and Media Decadence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kreutzer, T. (2009). Generation mobile: online and digital media usage on mobile phones among low-income urban youth in South Africa. *Retrieved on March, 30*, 903–920.
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *How democracies die*. Broadway Books.
- Mackenzie, C. (2014). The Importance of Relational Autonomy and Capabilities for an Ethics of Vulnerability. In *Vulnerability New Essays in Ethics and Feminist Philosophy* (pp. 33–59). New York: Oxford University Press.
- McDevitt, M., & Ferrucci, P. (2018). Populism, journalism, and the limits of reflexivity: The case of Donald J. Trump. *Journalism Studies*, 19(4), 512–526.
- Mead, G. H. (1972). *Mind, Self & Society from the Stand-point of a Social Behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press.
- Piketty, T. (2014). *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Rancière, J. (1995). Democracia y post-democracia. *Ideas y Valores*, 44(98–99), 23–40.
- Rosanvallon, P. (2008). *Counter-Democracy: Politics in an age of distrust*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Runciman, D. (2018). *How Democracy Ends*. Basic Books.
- Schäfer, A., & Streeck, W. (2013). *Politics in Age of Austerity. Politics in age of Austerity*. Cambridge: Polity Press.
- Silverman, C. (2016, 16 de novembro). This analysis shows how fake election news stories outperformed real news on Facebook. BuzzFeed. Retirado em 15 de junho de 2019 de <https://www.buzzfeed.com/craigsilverman/viralfake-election-news-outperformed-real-news-on-facebook>
- White, A. (2017). Fake News. Facebook and matters of fact in the Post-Truth Era. In *Ethics in the News. Ethical Journalism Network report on challenges four journalism in the post-truth era* (pp. 14–17). Londres: Ethical Journalism Network.